

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – SETOR LITORAL  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

CÁTIA TAÍS MOREIRA

**A POLÍTICA NACIONAL DE INCLUSÃO PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO  
DE RUA E SUAS REPERCUSSÕES NA VIDA DOS ADULTOS EM SITUAÇÃO  
DE RUA DO MUNICÍPIO DE GUARATUBA-PR**

MATINHOS – PR

2017

CÁTIA TAÍS MOREIRA

**A POLÍTICA NACIONAL DE INCLUSÃO PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO  
DE RUA E SUAS REPERCUSSÕES NA VIDA DOS ADULTOS EM SITUAÇÃO  
DE RUA DO MUNICÍPIO DE GUARATUBA-PR**


Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Câmara do Curso de Serviço Social da  
Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral,  
como requisito parcial para obtenção do título de  
Bacharel em Serviço Social.


Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Édina Mayer Vergara.

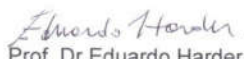
MATINHOS – PR  
2017

## ATA DE AVALIAÇÃO DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos seis dias do mês de setembro de dois mil e dezessete, às vinte e uma horas, no Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná, reuniu-se a Banca Avaliadora do Trabalho de Conclusão de Curso, constituída pelo Prof. Ms. André Borges e pelo Prof. Dr Eduardo Harder. Sob a presidência da Orientadora Profa. Dra. Édina Mayer Vergara para avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da estudante **CÁTIA TAIS MOREIRA** (GLR20130445), sob o título *A política nacional de inclusão para a população em situação de rua e suas repercussões na vida dos adultos em situação de rua do município de Guaratuba/PR*, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, tendo a estudante sido aprovada com conceito APL. A aluna deverá efetuar as correções solicitadas pela banca e entregar a versão final em formato digital via CD, até o dia vinte de setembro de dois mil e dezessete, na Assessoria do Curso de Serviço Social.

  
Profa. Dra. Édina Mayer Vergara  
Orientadora

  
Prof. Ms. André Borges  
Integrante da Banca

  
Prof. Dr Eduardo Harder  
Integrante da Banca

  
Cátia Tais Moreira  
Aluna

Dedico este trabalho “in memoriam” a minha avó materna Helga e minha tia Ingrid, pessoas maravilhosas com quem aprendi muito e vou agradecer eternamente.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente agradeço a todas as pessoas que de algum modo estiveram ao meu lado, em momentos serenos ou apreensivos, durante a produção deste trabalho ao qual me dediquei e também doeí muito do meu tempo.

Agradeço a minha família, meu irmão Marco e minha mãe Írmela, mas especialmente a minha mãe pela determinação, luta e incentivo durante a minha formação.

Agradeço ao meu companheiro, amigo e amor, meu namorado Alexandre, por todos os momentos de paciência, carinho e dedicação durante esta trajetória de formação e também a sua família da qual agora também faço parte, Virgínia, Ana Helena, Beto e Helen que também sempre estiveram presente e me estenderam a mão quando precisei.

Agradeço a minha prima Simone que foi a pessoa que me incentivou muito a fazer este curso.

Agradeço ao meu grande amigo Oséias Dias pela parceria, amizade, dignidade, carinho, cumplicidade do dia a dia e pela troca de conhecimentos que sempre tivemos; e a minha grande amiga Jennifer que sempre esteve pronta a me ajudar, em todos os momentos.

Agradeço a todos os tios, tias, primos e primas que mesmo a distância, por uma mensagem ou telefonema incluíam palavras de incentivo.

Agradeço aos meus bichos de estimação, meus cães, gatos, que sempre alegam a minha casa e mostram, todos os dias, a importância da minha VIDA para a VIDA deles.

Agradeço a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Gisele A. L. Meirelles, que foi minha orientadora em meu TCC I e que iniciou esta pesquisa, com muita dedicação, ao meu lado.

Agradeço aos meus colegas de classe que serão, com certeza, futuros excelentes profissionais.

Agradeço a coordenadora do Curso Silvana M. Tumelero pelo carinho e pelo aprendizado que me passastes.

Agradeço aos professores que desempenharam com dedicação as aulas ministradas.

Agradeço à minha querida e amável orientadora Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Édina Mayer Vergara por ser uma excelente professora e profissional na qual me espelho.

Agradeço a secretária do curso, Jéssica, que sempre, atenciosamente, me sanou todas as dúvidas.

Agradeço a todos que tornaram minha vida mais afetuosa, a uma família maravilhosa e amigos sinceros. VIVER ao lado de vocês é o meu modo de agradecer sempre!

## **RESUMO**

Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo geral analisar como se dá a efetivação da Política Nacional de Inclusão da População em Situação de Rua no município de Guaratuba-PR. Para tanto, suas intenções também remetem à caracterização da população em situação de rua no citado município bem como identificar de que forma essa política está repercutindo no equipamento socioassistencial do CREAS e como se dá a contribuição do Serviço Social. Busca ainda discutir os impactos da Política Nacional da População em Situação de Rua junto a este segmento social e formas que colaborem com sua instrumentalização para a gestão de seus direitos. Para a consecução dos mesmos os procedimentos metodológicos são de consulta bibliográfica e webgráfica, pesquisa de caráter qualitativo junto ao conjunto de moradores de rua em Guaratuba no período de junho a agosto de 2017. As principais conclusões do estudo indicam que os impactos da Política Nacional em suas vidas são aquém do mínimo para sua sobrevivência, porém o processo dialógico da investigação permitiu relacionar potencialidades do PPP do Setor Litoral no sentido do empoderamento e organização política dos mesmos para a luta por seus direitos sociais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Política Social; População em situação de rua; Serviço Social

## **ABSTRACT**

This course completion work has as general objective to analyze how the National Policy for Inclusion of Population in the Situation of the Street occurs in the municipality of Guaratuba-PR. Therefore, their intentions also refer to the characterization of the street population in the mentioned municipality as well as to identify how this policy is impacting on the socioassistential equipment of CREAS and how the contribution of the Social Service is given. It also seeks to discuss the impacts of the National Population Policy in Street Situation with this social segment and ways that collaborate with its instrumentalization for the management of its rights. In order to achieve them, the methodological procedures are based on bibliographical and web-based research, a qualitative research with the set of street dwellers in Guaratuba from June to August 2017. The main conclusions of the study indicate that the impacts of the National Policy on its Lives are below the minimum for survival, but the dialogical process of research allowed us to relate potentialities of the Coastal Sector PPP towards the empowerment and political organization of the same for the struggle for their social rights.

**KEY WORDS:** Social Policy; Population in street situation; Social service



## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

CENTRO POP - Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua  
CF – Constituição Federal  
CIAMP Rua - Comitê Intersectorial de Avaliação e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua  
CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social  
CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social  
CNDDH – Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos  
FAS – Fundação de ação social  
FIPE - Fundação Instituto de Pesquisa Econômica  
FTPs – Fundamentos Teóricos e Práticos  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICH - Interações Culturais e Humanísticas  
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
MDSA- Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário  
MNPR - Movimento Nacional da População de Rua  
MNPR/PR - Movimento Nacional da População de Rua –Paraná  
MNPR/RN - Movimento Nacional da População do Rio Grande do Norte  
PA - Projeto de Aprendizagem  
PPP - Projeto Político Pedagógico  
PNPR - Política Nacional de Inclusão Social da População em Situação de Rua  
PR – Paraná  
SAGI- Secretaria Nacional de Sistema de Avaliação e Gestão da Informação  
SEDH – Secretaria Especial de Direitos Humanos/Presidência da República  
SEJU - Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos/PR  
SENAS - Secretaria Nacional de Assistência Social  
SUAS - Sistema Único de Assistência Social  
SUS – Sistema Único de Saúde

## **SUMÁRIO**

INTRODUÇÃO.....	11
1. O FENÔMENO “POPULAÇÃO DE RUA” E APONTAMENTOS SOBRE A POLÍTICA NACIONAL PARA INCLUSÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	14
2. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: DADOS NACIONAIS, DA CAPITAL DO PARANÁ E DO MUNICÍPIO DE GUARATUBA/PR .....	19
3. CARACTERIZAÇÃO LOCAL DA “POPULAÇÃO DE RUA” EM GUARATUBA: DEMANDAS E PERCEPÇÕES.....	24
4. EMPODERAMENTO E INSTRUMENTALIZAÇÃO DA “POPULAÇÃO DE RUA” PARA A GESTÃO DE SEUS DIREITOS: CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL.....	42
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>46</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>49</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>51</b>

## INTRODUÇÃO

Este estudo tem como tema a Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua – PNPR - de maio de 2008 e suas repercussões nas vidas das pessoas adultas em situação de rua do município de Guaratuba - PR.

Guaratuba é um município localizado no Litoral Paranaense e segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2016, com uma população estimada de 35.588 habitantes, sendo a segunda mais populosa cidade do litoral paranaense. A principal economia do município se sedimenta através da agricultura, pesca e o turismo de veraneio.

A escolha deste tema ocorreu através de um breve estudo exploratório relacionado ao Projeto de Aprendizagem (PA) que, juntamente com as interações Culturais e Humanísticas (ICHs) e os Fundamentos Teórico-Práticos (FTPs) compõem os eixos estruturantes do tripé pedagógico da formação na Universidade Federal do Paraná (UFPR) - Setor Litoral. O curso de Serviço Social tem formação calçada no seu Projeto Político Pedagógico<sup>1</sup> (PPP), cujo propósito é comprometer-se com o enfrentamento das desigualdades sociais acirradas pela questão social no sentido de um desenvolvimento social sustentável em conjunto com o povo caiçara.

Considerando que dentre as diferentes expressões da questão social em nossa Região, a questão das pessoas em situação de rua tem se manifestado tanto em crescente número quanto no interesse de estudos no Setor Litoral como ocorreu no conjunto dos formandos em Serviço Social que de forma inédita apresentam três estudos de conclusão da graduação com seu foco na temática.

---

<sup>1</sup>O PPP é detalhado na página da UFPR – Setor Litoral. In: [http://www.litoral.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/02/PPP-UFPR-LITORAL\\_Set-2008\\_Alteracao\\_Dez-2008.pdf](http://www.litoral.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/02/PPP-UFPR-LITORAL_Set-2008_Alteracao_Dez-2008.pdf)

Estas pesquisas são importantes para este segmento em vulnerabilidade social se encontram à margem de seus direitos elementares, sem os mínimos sociais; de outro modo são sujeitos dos mesmos direitos constitucionais e, desde 2009 de direitos delineados segundo seu perfil e demandas que culminam na Política Nacional da População em Situação de Rua através do Decreto 7.053, que no seu artigo 6, inciso I, “promoção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais [...]”.

Neste sentido, este estudo partirá de uma perspectiva que entende o surgimento do fenômeno população em situação de rua como “expressão radical da questão social” advinda de um processo social e histórico derivado da forma de estruturação da sociedade capitalista permeada pela exploração e desigualdades sociais.

De acordo com (SILVA, 2010), a questão da população em situação de rua constitui-se como um fenômeno complexo fruto de múltiplos fatores tanto estruturais (ausência de trabalho e renda, ausência de moradia, etc.), quanto biográficos (doenças mentais, consumo de álcool e ou outras drogas, ruptura com os vínculos familiares, etc.).

Para (SILVA, 2010), apenas a análise destes fatores não revela as causas estruturais de tal fenômeno uma vez que suas bases foram fundadas na forma como estrutura-se a sociedade capitalista que se inicia com o que Marx chama de acumulação primitiva onde se separam duas classes antagônicas, ou seja, de um lado a figura do capitalista detentor dos meios de produção e de outro a do proletariado detentor apenas de sua força de trabalho.

Seguindo nesse contexto a autora afirma que outro fator necessário ao processo de apropriação capitalista constitui-se na “sobra” de trabalhadores, ou seja, no chamado exército industrial de reserva para que aqueles que estivessem empregados temessem perder seu emprego sendo assim obedientes disciplinados e vendendo a preços baixos sua força de trabalho.

Assim queremos destacar que o fenômeno população em situação de rua expõe as contradições inerentes ao modo de produção capitalista que pressupõe que todos os cidadãos possuem direitos e oportunidades iguais, muito embora a produção das riquezas sejam socialmente construídas e individualmente apropriadas por uma pequena parcela de detentores de capital e meios de produção.

A partir desta contextualização o presente trabalho pretende analisar como se dá a efetivação da Política Nacional de Inclusão da População em Situação de Rua no município de Guaratuba-PR. Para tanto, suas intenções também remetem à caracterização da população em situação de rua no citado município bem como identificar de que forma essa política está repercutindo no equipamento socioassistencial do CREAS e como se dá a contribuição do Serviço Social. Busca ainda discutir a Política Nacional da População em Situação de Rua junto a este segmento social e formas que colaborem com sua instrumentalização para a gestão de seus direitos.

Desta forma o método para realização desta pesquisa foi de cunho qualitativo, visto que interessa conhecer além de dados quantitativos questões de cunho subjetivo destas pessoas, conta também com uma revisão de literatura para realização da fundamentação teórica acerca do tema proposto.

Assim, este estudo se compõe pelas seguintes partes: 1- Apontamentos Sobre a Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua; 2- Caracterização da População em Situação de Rua: Dados Nacionais, da Capital do Paraná e do Município de Guaratuba/PR; 3- Caracterização Local da População em Situação de Rua em Guaratuba: Demandas e Percepções; 4- Empoderamento e Instrumentalização da População em Situação de Rua para a Gestão de seus Direitos: Contribuição do Serviço Social.

## **1. O FENOMENO “POPULAÇÃO DE RUA” E APONTAMENTOS SOBRE A POLITICA NACIONAL PARA INCLUSÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**

Este estudo partirá da perspectiva que entende o surgimento do fenômeno do conjunto que compõe o universo da população em situação de rua como “expressão radical da questão social” através de um processo social e histórico derivado da forma de estruturação da sociedade capitalista permeada pela exploração e desigualdades sociais. Entre os autores pesquisados podemos constatar que o fenômeno população em situação de rua tem início com a forma de organização social capitalista que surge em lugar do sistema feudal onde a servidão dá lugar ao livre trabalho.

O modo de produção capitalista pressupõe que a propriedade dos meios de produção deve estar separada da força de trabalho. Sendo assim, os trabalhadores produzem a riqueza através de seu trabalho, no entanto, apenas os capitalistas se apropriam dela. O principal objetivo do modo de produção capitalista é aquisição do lucro, existe a classe trabalhadora que produz o lucro através da produção da mais-valia, mas que não usufrui da riqueza produzida em condição de igualdade com a classe capitalista.

Sendo assim o modo de produção capitalista exige da classe trabalhadora que as pessoas sejam produtivas vendendo a sua força de trabalho e que através do recebimento de salários sejam consumidoras, preferencialmente para além daquilo que é fundamental para sobreviver, garantindo assim a reprodução ampliada do capital e severos processos de exclusão.

A exclusão está dada e se faz presente intrinsecamente ao modo de produção capitalista maduro na qual vivemos, onde produz e reproduz mecanismos para manutenção de concentração de renda, gerando imensas desigualdades sociais, tendo no ápice do capital fetiche inerente ao processo de acumulação capitalista, adensando novas determinações e relações sociais historicamente produzidas. (IAMAMOTO, 2007, p.107)

Deste modo são muitos os cidadãos que acabam tendo suas vidas atingidas pela desigualdade social que este sistema nos impõe através da exploração da mais valia e, para, além disso, pelo contingente de pessoas que sequer acessam o mercado de trabalho e, portanto impossibilitadas muitas vezes de manter sua habitação, alimentação, vestimenta, dentre outros, passando a viver em condições precárias, chegando inclusive à situação de rualização.

No livro *O Capital* (2009), Karl Marx mostra que no processo de acumulação e reprodução do capital, é inevitável a produção de miséria e pobreza, ou seja, trata-se de uma lógica imanente e essencial do próprio sistema. Os indivíduos pauperizados fariam parte de uma categoria que Marx chamou de “exército industrial de reserva”, ou seja, daqueles “excedentes” de trabalhadores não necessários ao processo expansivo do capital, que varia de tamanho de acordo com as flutuações da produção e da economia em tempos de crise ou estabilidade. Assim, válida ou não para o trabalho, tal população tem sua necessidade de produção como “condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza”, portanto, do processo de acumulação do capital (MARX, 2009).

Neste sentido, o capitalismo tem duas condições essenciais para ter funcionalidade que é o próprio capital que se constitui no conjunto de recursos utilizados para a compra dos meios de produção e da força de trabalho; e os trabalhadores livres que vendem sua força de trabalho em troca de salários. Separando-se, assim, de forma antagônica duas classes, o capitalista e o trabalhador assalariado. Dessa relação nasce à pobreza e as desigualdades sociais, como diz Paulo Netto:

nas sociedades em que vivemos – vale dizer, formações econômico-sociais fundadas na dominância do modo de produção capitalista -, pobreza e desigualdade estão intimamente vinculadas: é constituinte insuprimível da dinâmica econômica do modo de produção capitalista a exploração, de que decorrem a desigualdade e a pobreza (NETTO, 2009, p. 142).

A noção de cidadania para a pessoa em situação de rua adquire nova configuração traduzida não pela mudança estrutural desejada, mas pela conquista de políticas que garantam o exercício cidadão e a luta pela igualdade de direitos. Diante deste contexto e da barbárie na violação de direitos que circulava em torno desta população, que movimentos sociais foram crescendo e se articulando. A participação da sociedade civil na elaboração, na implementação e no monitoramento de políticas públicas não se dá de forma espontânea. Foi um esforço e da constituição de uma demanda clara, por parte desses atores, em se fazer ouvir. Se por um lado ainda falta muito para a efetiva implantação da Política Nacional para a População em Situação de Rua, o processo de construção dela, a partir da articulação da sociedade civil, já representa o descortinar de avanço na participação dela como protagonista. Cabendo assim, ao Estado Brasileiro, nesse processo, assumir essa demanda e colocá-la na agenda do governo desde 2006.

Se partirmos da Constituição Federal de 1988, marco histórico dos Direitos Humanos no Brasil, que traz no seu art. 5º que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]”; e no seu art. 6º “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados [...]”.

A Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua diz que é dever do Governo Federal, dos Estados e Municípios implantar a política através de comitês com a participação de movimentos sociais das pessoas em situação de rua. Desta maneira, tal Política, abrange não somente a área social como também: direitos humanos, trabalho e emprego, desenvolvimento urbano e habitação, assistência social, educação, segurança alimentar e nutricional, saúde e cultura.



Em 2005, forma-se o Movimento Nacional da População de Rua<sup>2</sup>, que parte para a luta de formulações de novas políticas públicas e para a efetivação das mesmas. O Decreto 7.053 / 2009, Política Nacional da População em Situação de Rua, vem apresentar em seu contexto o fortalecimento e o reconhecimento desta classe como cidadãos.

Deste modo o sentido maior desta Política Nacional faz parte do esforço de estabelecer diretrizes e rumos que possibilitem a (re) integração destas pessoas às suas redes familiares e comunitárias, o acesso pleno aos direitos garantidos aos cidadãos brasileiros, o acesso a oportunidades de desenvolvimento social pleno, considerando as relações e significados próprios produzidos pela vivência do espaço público na rua. Para tanto, vale-se do protagonismo de movimentos sociais formados por pessoas em situação de rua, entre outras ações que contribuam para a efetivação deste processo. (Brasil 2008, p04)

A Política foi criada a partir do momento que se via que, a necessidade desta população fosse vista não só como merecedores de políticas sociais e sim como sujeitos de direitos. A partir de denúncias e tendo em vista acontecimentos nas ruas, caracterizaram-se as principais violações: chacinas e extermínios, espancamentos, retirada dos pertences, jatos de água, coação, agressão verbal, detenção por vadiagem, impedimento de acessar serviços e espaços públicos, expulsão das regiões centrais da cidade, cadastro e abrigamentos obrigatórios, roubo institucionalizado e criminalização da situação de rua e da pobreza.

No dia 19 de agosto de 2004, na região da Praça da Sé em São Paulo, ocorreu um massacre. Dez moradores em situação de rua foram atacados, dois deles morreram na hora, quatro faleceram no hospital e outros quatro sobreviveram. Em 22 de agosto, um novo ataque aconteceu dessa vez cinco desabrigados foram agredidos da mesma maneira que os anteriores, um deles morreu na hora. Esses acontecimentos ficaram conhecidos como o “Massacre da

---

<sup>2</sup>Para o Movimento Nacional da População de Rua, a designação “EM SITUAÇÃO DE” não é clara pois não especifica aqueles que têm a rua como seu espaço de **moradia**. O próprio Movimento utiliza o termo **Pop Rua** como forma curta de se auto-referirem. O termo **População em Situação de Rua** abrangente um conjunto de pessoas mais amplo, como ainda veremos neste estudo. Porém o uso desta última é a mais utilizada em estudos.

Sé” ou “Massacre do Centro”. Após o ocorrido, não houve punição e mais agressões foram cometidas contra pessoas em situação de rua, não apenas em São Paulo, mas por todo o Brasil.

Deste terrível acontecimento de violência resultou na criação do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), organizando e articulando pessoas em situação de rua desde 2005, atualmente ativo na maioria dos estados brasileiros.

Neste ano de 2017, treze anos após, no dia 19 de agosto é lembrada tamanha barbárie e o Movimento Nacional procura acentuar suas lutas e a busca pela visibilidade das demandas desta População, sendo este o Dia de Luta da “Pop Rua”.

## 2. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: DADOS NACIONAIS, DA CAPITAL DO PARANÁ E DO MUNICÍPIO DE GUARATUBA/PR

Considerando que a compreensão local de um determinado fenômeno social se dá na relação com o contexto maior, optamos por apresentar os dados nacionais e da capital do estado do Paraná, no sentido de refletir sobre a realidade do município em estudo.

Prates *et al.* afirmam que o processo de rualização é um movimento de aproximação/vinculação com a rua, um *continuum* de imbricação nesse espaço tornando-o elemento importante de referência, para constituição de identidade, o que acontece progressivamente. (PRATES, PRATES e ARAÚJO, 2011)

A Política Nacional dirigida a este segmento a define como aquela população que “[...] faz das ruas seu espaço principal de sobrevivência e de ordenação de suas identidades” (BRASIL, 2008, p08). Muitos acabam utilizando os logradouros públicos e locais abandonados como seu local de moradia e/ou de trabalho, normalmente precarizados, em uma situação de extrema vulnerabilidade social, sendo costumeiramente vítimas de preconceitos. Grande parte da população que não vivenciam esta realidade tendem a explicar o preconceito em relação a este segmento populacional baseados na crença que tal situação ocorre por vontade própria dos mesmos e muitos não os reconhecem como cidadãos, considerados apenas como os “sem lugar”, sem duvidarem de que possam estar punindo aqueles que resultam de um sistema que não existiria sem a pauperização social.

O pauperismo constitui o asilo dos inválidos do exército ativo dos trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção e sua necessidade se compreendem na produção e na necessidade da superpopulação relativa, e ambos constituem condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza. O pauperismo faz parte das despesas extras da produção capitalista, mas o capital arranja sempre um meio de transferi-las para a classe trabalhadora e para a classe média inferior (MARX, 2009, p.747-748).

A população em situação de rua é uma “expressão radical da questão social” que, na estruturação da sociedade capitalista gera cada vez mais supérfluos da classe trabalhadora; Prates *et al.*(2011, p. 193) afirmam que “para além de expressões e conceitos que podem reiterar processos excludentes, a desigualdade concreta vivenciada por eles é a questão central, e não será a precisão do modo como os caracterizaremos que irá reduzir essa desigualdade”. Por outro lado também afirmam que tal precisão pode levar a pesquisas e políticas mais afinadas com suas questões sociais.

Maria Lúcia Lopes da Silva (2010) reitera alguns elementos já descritos quando aponta seis aspectos para caracterizar este fenômeno:

**As múltiplas determinações;** sobre este aspecto ela cita três fatores principais; 01) Fatores estruturais relacionados à ausência de moradia, de trabalho e ou de renda, entre outros; 02) Biográficos relacionados à história de vida dos indivíduos que podem perpassar questões tais como, rompimento ou fragilização dos vínculos familiares, envolvimento com álcool e outras drogas, entre outros; 03) Fatos da natureza e ou desastres em massas como terremotos, inundações, entre outros, que fazem com que o indivíduo perca sua casa, seus pertences e por vezes até mesmo sua família e se estabeleça em situação de rua.

**A expressão radical da questão social na contemporaneidade,** a questão social é o conjunto formado pelas expressões das desigualdades entre classes derivado da forma de estruturação da sociedade capitalista composta de dois atores principais: o capitalista e o trabalhador representados na forma de mercadoria respectivamente como capital e trabalho. Tais “mercadorias” possuem na lógica capitalista uma função básica: a obtenção de lucro, e para que isso ocorra faz-se necessária a redução de gastos e a produção contínua de riquezas, nesse processo enquanto cresce a acumulação de capital cresce também o acúmulo de miséria.

**A localização nos grandes centros urbanos;** aspecto este que segundo a autora está presente desde as cidades pré-industriais. Isso se dá devido a fatores como a maior circulação de capital nestes lugares, a maior possibilidade de geração de trabalho e renda, como por exemplo, o trabalho com reciclagem. Além disso, a rua nos grandes centros urbanos constitui-se como espaços com grande concentração de pessoas e de capital o que facilita a arrecadação de doações e a venda de mercadorias pelos indivíduos que se encontram em situação de rua. No município de Guaratuba não temos este aspecto de grande centro, mas por se tratar de uma cidade turística e litorânea, esta população acaba vindo em maior número durante a temporada e muitas vezes acabam permanecendo.

**Preconceito e a discriminação dirigida às pessoas atingidas pelo fenômeno;** diz respeito ao preconceito contra a população em situação de rua, nesse sentido a autora reflete acerca da humilhação e das denominações preconceituosas atribuídas a esses indivíduos. Ao prejudicar e discriminar a população em situação de rua a sociedade e o próprio poder público excluem estes indivíduos do convívio social, da reinserção no mercado de trabalho e da própria chance de assumirem papel de protagonistas de suas vidas.

**As particularidades vinculadas ao fenômeno em que se manifesta;** estas segundo a autora “são particularidades decorrentes dos hábitos, dos valores e das características socioeconômicas, culturais e geográficas predominantes no território.” No Brasil, cada região, como é o caso de Guaratuba que possui especificidades e características bastante peculiares que se refletem no comportamento, nas atitudes, crenças, hábitos culturais entre outros dos indivíduos.

**A tendência a naturalização do fenômeno;** o último aspecto explicitado por Silva (2010), diz que o fenômeno não é visto como consequência da forma de estruturação da sociedade capitalista e sim como um processo natural. Essa naturalização leva a culpabilização do sujeito pela situação em que se encontra. Frases bastante disseminadas pelo senso comum são a prova disso, afinal quem

já não ouviu alguém dizer, ou mesmo disse: “está na rua porque quer” ou “por que não arruma um trabalho?”, entre tantas outras. A naturalização e preconceito é fator comum em todos os lugares inclusive no município de Guaratuba, justamente por ser parte da ideologia capitalista pautada sob a ótica do trabalho.

Ainda segundo Silva (2010) a definição de população em situação de rua se construiu de diversas formas e em diversos lugares, assim como em cidades diferentes de nosso país e em pesquisas e relatórios importantes para a discussão deste tema. A autora destaca que tal tema teve sua conceituação em estudos e debates feitos ao longo dos últimos anos inicialmente em cidades como Porto Alegre, Recife, São Paulo e Belo Horizonte; também tem forte contribuição da organização do Movimento Nacional de População de Rua – MNPR.

Às pesquisas soma-se a organização dos sujeitos que vivem na rua e o Movimento Nacional da População de Rua e ambos são interlocutores com o delineamento e implementação da Política Nacional dedicada a este segmento. Tal Política se delinea também a partir do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) e a Fundação Instituto de Pesquisa Econômica (FIPE) que entre agosto de 2007 e março de 2008, iniciam a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua em 23 capitais e em 48 municípios com mais de 300 mil habitantes, totalizando um universo de 71 cidades brasileiras, realizado pelo MDS e intermédio das Secretarias Nacionais de Assistência Social (SENAS) e de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI). Segundo o MDS nessa mesma pesquisa em Curitiba havia cerca de 2700 moradores em situação de rua, já a Fundação de Ação Social (FAS) dizia ter cerca de 1000 moradores, em pesquisa recente feita pela FAS entre 30 de março e 20 de abril de 2016 diz ter 1.715 moradores, segundo a FAS essa divergência é metodológica. Com base em pesquisa no banco de dados do MDS pesquisamos os moradores em situação de rua cadastrados no Cadastro único (CAD Único), no município de Curitiba, Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná, os resultados são estes respectivamente: 333.170 pessoas cadastradas destes 1.479 estão em situação de rua, 21.074 cadastros destes 18 em situação de rua, 7.234 cadastros para 13 em situação de rua e 2.590 cadastros para 06 em situação de rua.

No documento final desta caracterização se encontra a concepção de Estado entendendo que “população em situação de rua é definida como a população ou grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares fragilizados ou rompidos e a inexistência de moradia convencional regular”.

Com isso, podemos inferir que pessoas em situação de rua são consideradas pelo MDS como aquelas que vivem na rua e fazem dela espaço de convívio e, principalmente, de sobrevivência. Além disso, estas pessoas passaram a viver na rua por variados motivos e permanecem dependentes dela para sobreviver (comer, dormir, fazer bicos, higiene pessoal, etc.) visto que geralmente, têm seus vínculos afetivos, familiares ou comunitários interrompidos ou fragilizados conforme Pagan (2000).

No anexo um apresentamos o detalhamento da caracterização da população em situação de rua no Brasil, conforme dados da pesquisa nacional de 2007, já citada.

### 3. CARACTERIZAÇÃO LOCAL DA “POPULAÇÃO DE RUA” EM GUARATUBA: DEMANDAS E PERCEPÇÕES

Para a fase deste estudo em que buscamos caracterizar a população de rua no município de Guaratuba/PR, utilizamos a pesquisa de cunho qualitativo, visto que interessa conhecer além de dados quantitativos questões de cunho subjetivo destas pessoas. Para tanto nos baseamos nas palavras de Minayo quando afirma:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2002, p. 21-22)

Os caminhos metodológicos para a coleta de dados no sentido de caracterizar a população de rua no município foram:

Em primeiro lugar devemos procurar uma aproximação com as pessoas da área selecionada para o estudo. Essa aproximação pode ser facilitada através do conhecimento de moradores ou daqueles que mantêm sólidos os laços de intercâmbio com os sujeitos a serem estudados. De preferência, deve ser uma aproximação gradual, onde cada dia de trabalho seja refletido e avaliado, com base nos objetivos preestabelecidos. É fundamental consolidarmos uma relação de respeito efetivo pelas pessoas e pelas suas manifestações no interior da comunidade pesquisada. (MINAYO, 2002, p. 54-55)

Assim, buscamos<sup>3</sup> contato com o Centro de Referência de Assistência Social (CREAS) local, o qual possui como uma de suas responsabilidades o atendimento à população em situação de rua através do Sistema Único de

---

<sup>3</sup> Durante a coleta de dados o apoio incondicional do colega de curso Oséias Dias foi imprescindível. Por tratar-se de uma população eminentemente masculina, acessada em seu momento de descanso noturno, a participação do mesmo permitiu maior aproximação e uma permanência mais longa com o grupo, sem que este se sentisse retraído, o que tornou possível ampliar as possibilidades de expressão de todos.



Assistência Social - SUAS. Tivemos algumas dificuldades em agendar um horário porque o CREAS estava com uma demanda bastante grande de trabalho e alguns de seus profissionais estavam em período de férias.

O encontro foi em uma sexta-feira à tarde através da Assistente Social Regina Sartori que ocupa a função de coordenadora do CREAS; o objetivo foi buscar informações no que diz respeito aos programas, projetos e serviços que esse equipamento social dispõe para o atendimento do segmento da população em situação de rua. Segundo a profissional, o CREAS dentro das suas possibilidades atuais de atendimento dispõe de um banheiro para banho e para uso das necessidades fisiológicas; um quarto onde são guardadas roupas limpas caso eles tenham interesse em trocar; um espaço para lavar as roupas; a alimentação que dispõem é à base de bolachas e chá, isto porque não há um horário fixo desta população para sua frequência ao CREAS e também pela falta de recursos financeiros para distribuir vale refeição.

É importante ressaltar que eles também não têm o acesso livre para este atendimento anteriormente citado, pois eles atendem outras demandas, como crianças e adolescentes que também fazem cursos no local, também atendem algumas famílias e, quando está ocorrendo estes atendimentos o espaço que a população usa é o mesmo que atende o restante das demandas deste equipamento. Então, diante do exposto, para o atendimento da população eles precisam ter um horário específico para ter este atendimento oferecido dentro do equipamento.

A política nacional para o atendimento das demandas desta população, através do seu art.2º afirma que a mesma [...] será implementada de forma descentralizada e articulada entre a União e os demais entes federados que a ela aderirem por meio de instrumento próprio [...]. E no seu art.4º aponta que o Poder Executivo Federal poderá firmar convênios com entidades públicas e privadas, sem fins lucrativos, para o desenvolvimento e a execução de projetos que beneficiem a população em situação de rua e estejam de acordo com os princípios, diretrizes e objetivos que orientam tal Política.

No estado do Paraná a adesão à Política Nacional já foi efetivada através do Decreto 2405/2015 que instituiu o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política da População em Situação de Rua no Estado do Paraná – CIAMP Rua/PR que no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU, define-se em seu Art. 1.º como instrumento de gestão intersectorial de caráter consultivo, propositivo e de monitoramento da Política Estadual da População em Situação de Rua no âmbito do Estado. No Art. 2.º afirma que o CIAMP Rua/PR tem por finalidade possibilitar e auxiliar na implementação e monitoramento das políticas públicas voltadas à população em situação de rua, em todas as esferas da Administração Pública no Estado do Paraná, a fim de garantir a promoção e proteção dos direitos humanos, assim como exercer a orientação normativa e consultiva sobre direitos humanos das pessoas em situação de rua no âmbito de todo o estado do Paraná.

Quando perguntado sobre a estimativa do número de pessoas em situação de rua no município, a profissional afirma que existem apenas cinco moradores, sendo que o restante é sazonal ou possuem familiares na região e que ocupam o espaço das ruas apenas em alguns momentos. Quanto ao que a profissional se refere cito aqui o Art. 1º, [...] ter os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados[...], [...] ter a rua como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, [...].<sup>4</sup>

Ela ainda ressalta que durante a temporada a população em situação de rua cresce consideravelmente, durante o verão 2016/2017, como exemplo, nos informou que foram atendidas aproximadamente 170 pessoas e no mês de junho, que antecedeu a nossa conversa, foram efetuados 17 atendimentos.

Questionada sobre as possibilidades de ampliar as ofertadas políticas e programas de enfrentamento das demandas desta população, a mesma entende haver muita dificuldade por ser uma população em maioria sazonal, não

---

<sup>4</sup> A concepção contida Art. 1º da Política Nacional acerca da população em situação de rua entende ser o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

conseguem criar vínculos com estas pessoas por estarem sempre de passagem, querem seguir adiante, muitos desejam chegar às praias de Santa Catarina. Neste aspecto também há dificuldades porque o município não oferece passagem para estes destinos, somente para Curitiba que a própria empresa de transporte deste trecho oferece-as como cortesia.

Mas, relatou que em algumas vezes conseguiram criar vínculos com alguns grupos que participavam de reuniões direcionadas para este segmento, mas com o tempo algumas pessoas foram embora da cidade, ocorreu alguns falecimentos e o grupo acabou se diluindo. Mostra-se muito aberta e interessada em políticas que venham a acrescentar possibilidades para a efetivação dos direitos desta população.

A investigação quanto à caracterização local desta população também se efetivou a partir de um cidadão local (que pede para não ser identificado)<sup>5</sup> que distribui alimentos uma vez na semana para a população de rua. A escolha por este caminho se deve ao fato de que a citada pessoa possui um vínculo de confiança bastante solido ao longo de três anos com os moradores da rua, deste modo a nossa aproximação para a abordagem estaria permeada por esta base de relação, o que permitiria também que o acesso a estas pessoas fosse o mais representativo possível, visto que o mesmo as conhece em sua totalidade, tendo a clareza de quem tem um vínculo permanente com a cidade, bem como as flutuações próprias do período do verão.

As questões são as seguintes:

1. Quantas vezes e quais os dias da semana você distribui janta para a população em situação de rua do município?

-Uma vez por semana, toda a quarta-feira.

---

<sup>5</sup> Segundo seu argumento, o mesmo não quer ser identificado porque faz esse trabalho pelo retorno gratificante, que isto dispensa qualquer crédito que possa ser lhe acrescido.

2. Qual o numero de pessoas que você costuma atender nesses dias?

-Varia, de vinte a trinta pessoas.

3. Você teria um numero aproximado da população total do município?

- Não tenho exato. A grande maioria está de passagem.

4. Você teria um numero aproximado referente a idade e o sexo desta população?

- Atualmente todos são homens. Idade de 25 a 65 anos.

5. Baseado no relato das pessoas em situação de rua que você tem esse convívio, através do fornecimento da alimentação, saberia nos informar algumas informações básicas como os principais motivos para estas pessoas fazerem do espaço das ruas a sua moradia?

Rompimentos de vínculos familiares	Eles falam que perderam pai e mãe e daí vão morar na rua. A separação também.
Alcoolismo	O alcoolismo é o grande motivo que eles estão morando na rua, a família não aceita.
Drogas	Mesmo motivo do álcool.
Desemprego	Esse motivo escuta-se pouco deles.

6. Baseado ainda no seu convívio com esta determinada população teria informações sobre:

Trabalho/ ou trabalho informal	Sempre trabalham com coletas de materiais recicláveis.
Escolaridade	Não soube responder.
Possui documentos e se recebem algum benefício do governo	A maioria tem, mas perdem ou são roubados. Alguns recebem o benefício do governo, parece que é de setenta reais.

7. Quanto às necessidades fisiológicas (como o uso de sanitários e o banho) você teria informações de onde eles fazem e se tem algum equipamento social que os auxilia nesta questão?

CREAS	Bem poucos falam que usam.
Banheiro público	Não soube responder.
Comércio da cidade	Não soube responder.
Rua	Muitos fazem as necessidades nas ruas e tomam banho nos chuveiros da praia.

8. Se você quiser acrescentar informações que não foi colocado nas questões anteriores será de suma importância para caracterizar esta população.

- Nada acrescentou.

Esclarecidos nossos objetivos de pesquisa e vínculo estabelecido com o nosso informante qualificado era chegada à hora da coleta qualitativa de dados junto às pessoas em situação de rua, em seu local de permanência para passar a noite. Estas foram destacadas pelo nosso informante qualificado considerando seu convívio semanal e de confiança com o grupo estabelecido ao longo dos últimos anos; elaboramos questões abertas para entrevistar todos os que se dispusessem a tal e também à adesão e assinatura sobre o Termo Livre e Esclarecido para a futura divulgação acadêmica de suas respostas. Todos os entrevistados assinaram o citado termo e se posicionaram sobre nossa plena liberdade em usar seus nomes e sobrenomes na apresentação deste tcc e até seu orgulho por serem ouvidos pela Universidade.

As questões seguem o roteiro da pesquisa do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) 2009, atual Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) e também algumas inquietações que, desde o início da minha caminhada universitária, me levaram a trabalhar com a temática da “pop rua”.

Na primeira noite, acompanhamos o cidadão no seu percurso de distribuição do jantar das quartas-feiras; o roteiro para a distribuição dos alimentos teve a duração de três horas, das vinte horas as vinte e três horas. Foram feitas oito abordagens, no total de 19 pessoas. Como foi um processo de aproximação com essa determinada população, neste primeiro momento procuramos apenas observar a situação em que eles estão e fazer um breve reconhecimento dessas pessoas, como por exemplo, há quanto tempo estão no município, de onde vieram (já que temos informações que a maioria desta população é sazonal) se têm algum provento de renda, perguntas mais básicas de aproximação, visto que:

O objetivo prioritário do pesquisador não é ser considerado um igual, mas ser aceito na convivência. Esse interagir entre pesquisador e pesquisados, que não se limita as entrevistas e conversas informais, aponta para a compreensão da fala dos sujeitos em sua ação. (MINAYO, 2002, p. 61)

A partir disso, preparamos as seguintes tabelas para a coleta de dados que permitam caracterizar a população em situação de rua do município de Guaratuba bem como possíveis reflexos das proposições da Política Nacional para a mesma.

Tabela 1: Identificação.

Nº	NOME	IDADE	SEXO	ESTADO CIVIL	FILHOS	ESCOLARIDADE
01	C. A. S.	38	Masculino	Solteiro	Um	Fundamental incompleto (6º série)
02	J. A. O.	27	Masculino	Solteiro	Não	Fundamental completo
03	D. L. S.	64	Masculino	Casado (só no papel, não é desquitado ainda)	Doze filhos	Fundamental incompleto (4º série)
04	V. M. F.	37	Masculino	Solteiro	Quatro filhos	Fundamental incompleto (2º série)
05	D. B. S. R.	29	Masculino	Solteiro	Quatro filhos	Fundamental completo

Tabela 2: Tempo e justificativa da vida na rua.

Nº	TEMPO	JUSTIFICATIVA
01	07 anos	Não consegui mais trabalhar por problemas de saúde, assim não conseguindo arcar com as despesas de uma moradia

		(trabalhava como pedreiro e pintor).
02	06 anos	<p>Trabalhava muito, praticamente de segunda a sexta em uma usina de refinaria. Nesta época eu morava com uma namorada e ela que cuidava das finanças da casa, ficava com os cartões. Até que um dia descobri que ela tinha um amante. Enquanto eu trabalhava ela saía com o amante nos bailes e gastava o dinheiro. Foi uma decepção amorosa. Continuei trabalhando, mas comecei a beber. Era do serviço para o “boteco” e do “boteco” para o serviço, o salário ficava todo para pagar a conta do “boteco”. Trabalhava bêbado, ou melhor, não conseguia mais trabalhar de tão bêbado que sempre eu estava, até que fui despedido.</p> <p>Arrumei outro emprego, comecei a trabalhar na obra do projeto minha casa minha vida, mas lá eu tinha como colegas de trabalho os dois irmãos da minha ex-namorada e acabava sempre vendo ela. Daí a minha vida se tornou em beber e chorar e não aguentei mais. Vendi tudo que eu tinha dentro de casa por cem reais e “me larguei na vida”.</p>
03	Cinco anos	Estava casado com minha última mulher (tive cinco filhos com ela), aí me deu o AVC e ela arrumou outro homem, me largou e foi embora. E eu acabei indo pra rua.
04	Dois meses	Vim morar aqui em Guaratuba na casa da minha irmã. Me desentendi com meu cunhado e saí de lá.
05	Oito meses	Eu já tive uma infância difícil. Daí eu tinha minha mulher, lá na minha cidade natal e ela estava me traindo. Decidi cair na vida, senão ia acabar matando.

Tabela 3: Como é a vida na rua?

Nº	COMO É A VIDA NA RUA?
----	-----------------------



01	Tem dias que é bom ganhar muitas coisas, mas também tem os dias ruins que não consigo ganhar nada, aí é difícil e também as assistentes sociais (citou o CREAS) vêm fazer abordagens e não me sinto muito confortável e também não gosto das revistas que os policiais vem fazer em meu carrinho (carrinho que usa para coleta de recicláveis).
02	Morar nas ruas pra mim não é muito difícil, porque eu faço meu “corre”-ajudo a puxar canoa e ganho um dinheiro. Também cato latinha e tenho amizades que me oferecem uns trabalhos. Eu não fico dormindo durante o dia não, vou atrás de trabalho.
03	Olha, eu me virei. Dormi em vários lugares, morei num prédio abandonado, depois dormi por oito meses do lado de uma mesa de sinuca de um bar – o dono me deixava. Hoje, pra me ajudar, me arrumaram esse “barraquinho” aqui nesse terreno pra eu ficar, o vizinho aqui do lado fez um gato de luz e água da casa dele pra cá, tem uma caminha, um fogão pra eu fazer minha comida, está melhor assim.
04	Triste. Se não tem a cabeça no lugar... Eu me viro trabalhando.
05	Não é fácil, tem que correr atrás, levantar cedo, fazer bico.

Tabela 4: Necessidades e cuidados básicos.

Nº	ALIMENTAÇÃO	BANHO	DORMIR
01	Tem um restaurante que as vezes fornece a alimentação e também tem dias que bato o “parabéns” na frente das casas, não são todos dão. Quanto a alimentação do CREAS falou que	Estou a dois meses sem tomar banho, a ultima higiene geral que fiz foi quando fiquei internado no hospital. Quando questionado a respeito do CREAS falou que não frequenta porque o	Depois que estiver bêbado qualquer canto serve, como estou bêbado todos os dias...

	também é uma vez por semana.	mesmo só oferece este serviço uma vez por semana, então nem tomo banho.	
02	Tem pessoas que ajudam, como restaurantes, igreja (todo domingo eles pegam a gente na praça pra ir ao culto e eles dão café da manhã e almoço – lá na praça mesmo), esse (cidadão) que traz a semana. Se um nega aqui, tem outro que dá lá na frente. Também compro quando tem um dinheiro.	As segundas de manhã eu tomo banho no CREAS, os outros dias eu tomo nos chuveiros da praia – tomo banho todos os dias, mesmo no frio, porque como eu puxo canoa e mexo com os peixes eu fico muito “fedido”, não tenho como ficar sem banho (mas quando ta frio é sofrido).	Fico sempre aqui nessa cobertura (Uma esquina com prédio e comércio no térreo), porque o síndico do prédio e o dono do comércio deixam a gente ficar aqui numa boa, até trazem uma marmita pra gente as vezes. Também tem o dono do posto aqui da frente que deixa a gente usar o banheiro.
03	Comida o pessoal dava e também eu fiz o cadastro no CREAS e eles me dão cesta básica.	Banho eu sempre tomei e, continuo tomando, de caneco. Pego uma bacia, um balde, encho de água e tomo banho.	Embaixo de marquise, no prédio abandonado, na rodoviária, no ginásio. Na delegacia eu fui dormir uma vez num banco lá da frente, mas eles não deixaram, falaram que ali eu não podia dormir.
04	Tem uma padaria que doa café da manhã às vezes e tem	Primeiro me joga no mar, me lavo bem, depois vou no	Eu e uns conhecidos montamos uma barraca aqui na praia e

	<p>restaurantes que doam almoço. A janta tem (o cidadão que nos ajudou na pesquisa) que traz as quartas a noite e um Pastor que traz na quinta. Domingo de manhã também tem café da manhã e almoço na praça central – Das sete e meia até as dez da manhã eles servem o café da manhã, daí eles levam a gente pra assistir o culto. Depois levam a gente de volta pra praça e das onze até ao meio dia servem almoço. Também arrumam umas roupas pra gente.</p> <p>Também tem uns mercadinhos perto dos pescadores que vendem fiado pra gente, na amizade, porque sabem que a gente se vira, trabalha e vai pagar.</p>	<p>chuveirinho para tirar o sal. Também tenho um amigo num bairro que as vezes eu vou tomar banho lá.</p>	<p>dormimos aqui.</p>
05	A gente pede em	Tomo banho de mar.	Embaixo de marquise e

	casas, também tem restaurante que ajuda. Também tem essajanta que vem toda na quarta e nos domingos têm uma igreja que dá café da manhã e almoço na Praça Central – eles buscam a gente pra ir na igreja e dão café e almoço. No CREAS se a gente for todo dia até o meio dia, uma hora eles também dão um café, chá e bolachas.	Banho quente é no CREAS que é toda segunda de manhã até as 10 horas.	coberturas.
--	--	--	-------------

Tabela 5: Segurança.

Nº	SEGURANÇA
01	Não durmo cochilo porque segurança a gente não tem.
02	A nossa segurança a gente mesmo faz, tem umas coisas pra gente se defender (não mostrou o que). E a gente não dorme, a gente cochila – qualquer barulho a gente acorda.
03	Quando eu dormia no ginásio os guardas que ficavam lá cuidavam da gente - agora não deixam mais ninguém dormir lá. No prédio abandonado tinha mais gente morando lá e um cuidava do outro – agora não dá mais pra ficar lá também, a polícia tirou todo mundo e fechou porque estava tendo muita droga. Agora eu to bem aqui no meu barraco.

04	Um cuida do outro. Polícia é raro passar aqui, principalmente a noite, o que mais passa é a segurança do município. Até já colocaram fogo na rede de um pescador aqui perto da nossa barraca.
05	Um faz a segurança do outro – um dorme e o outro cuida. A gente cochila.

Tabela 6: Trabalho.

Nº	TRABALHO	RAMO
01	Informal	Catador de recicláveis
02	Informal	Cato latinha, puxo canoa, ajudo vender peixe. Também arrumei um bico na Festa do Divino de garçom.
03	Não	Não pude mais trabalhar depois do AVC.
04	Informal	Trabalho com os pescadores – levo o barco pro mar, vou para o mar com eles (saímos às duas horas da madrugada), puxo o barco. Também cuido de carro e vendo peixe.
05	Informal	Ajudo os pescadores e cato reciclado (latinha) - mas agora até isso tá difícil porque quebrou o carrinho que eu usava pra carregar o reciclado.

Tabela 7: Direito e deveres.

Nº	DIVERSÃO	ELEIÇÕES
01	Fumar meu cigarro, minha pedra e beber minha cachaça são a	Nunca votei meu título está cancelado, meus documentos foram

	única alegria que tenho.	roubados em Curitiba o único que tenho é a certidão de nascimento que fica guardado com o dono do restaurante que me fornece alimento.
02	Conversamos bastante, faço brincadeiras com os amigos, tomo banho de mar. Também tem a cachaça, essa é quase vinte e quatro horas.	Já votei. Nessa última eleição não porque eu perdi todos os meus documentos. Segunda feira vou lá no CREAS pedir para encaminhar os documentos novos.
03	Eu bebia, mas agora faz dois anos que parei – Por causa dos remédios eu precisei parar. Agora escuto música no rádio e converso com os amigos.	Nesses cinco anos não votei mais, porque não quis mesmo.
04	Brinco com os cachorros (o Pitoco Branco e o Coringa), caminho com eles, converso com os amigos e também faço uns artesanatos com um amigo meu.	Quatro eleições que não voto, desisti de votar.
05	Praia, pular no mar, fumar um baseado e “rachar um bico” (rir). E tem a cachaça – não consigo ficar sem.	Ultima vez que não votei – fui preso e condenado, daí não podia votar até ficar certo com a justiça.

Tabela 8: Saúde.

Nº	ACESSO AS INSTITUIÇÕES DE SAÚDE
01	Quando estou ruim meu amigo que está na rua comigo me leva até o pronto socorro, já fui internado três vezes em Paranaguá por problemas

	com o alcoolismo. Também já estive internado para tentar a desintoxicação, mas não quis ficar.
02	Eu tenho um problema na cabeça, o crânio rachado por causa de briga e acidente, daí eu tenho convulsão. Quando me dá as convulsões, se os meus amigos estão perto eles chamam a ambulância, senão a população que vê chama. Eu tinha que tomar uns remédios, mas como eu sempre tomo cachaça, daí não adianta.
03	Sou atendido no Pronto Socorro quando preciso e no Posto de Saúde também, porque preciso tomar meus remédios.
04	Fui ao Pronto Socorro faz uns dois meses, fiz exame e tudo porque estava com pneumonia.
05	Já fui pedir no Pronto Socorro e não me atenderam. Tinha que tirar os pontos da cabeça (porque tinha me envolvido numa briga) e mandaram eu ir num postinho. Daí meu amigo aqui mesmo tirou com um cortador de unha.

O entrevistado (01) Está em Guaratuba a dois anos. É natural de São Paulo-SP, com quinze anos roubava carros e depois parou e começou a trabalhar de pedreiro e pintor. Desceu de Curitiba com o carrinho e lá já trabalhava a quatro anos com recicláveis. Nesse intervalo voltou pra Curitiba onde tentou trabalhar em sua profissão, mas por problemas de saúde teve que parar novamente. Deste então, está há dois anos fixo em Guaratuba.

O entrevistado (02) É natural de Guarapuava-PR e está em Guaratuba há seis anos. Às vezes viaja para sua cidade de origem, não permanecendo com seus familiares devido “as regras” que a família o impõe. Fica dias ou semanas e depois retorna para Guaratuba. O pai é Engenheiro Civil. Com dezoito anos começou a trabalhar na usina hidrelétrica que o pai trabalhava (trabalhava na oficina dessa usina). Trabalhou nessa usina até os vinte anos quando descobriu que foi traído pela namorada (moravam juntos). Tentou outro trabalho na obra do projeto minha casa minha vida, que também não deu certo pelos mesmos motivos

pessoais (os colegas de trabalho na obra eram os dois ex-cunhados). Desde então, “se largou na vida” (como ele mesmo relatou) e acabou fazendo das ruas de Guaratuba a sua moradia.

Também nos relatou que ele acessa alguns serviços oferecidos pelo CREAS, mas que esse atendimento só lhe oferecido na segunda feira até as dez horas da manhã, serviços específicos como o uso do banheiro e higienização pessoal (banho, barbear). Nunca foi lhe oferecido um lugar para lavar roupas e que raramente tem roupas limpas para doação. A alimentação fornecida por este equipamento são biscoito, chá e café.

O entrevistado (03) É natural de São Miguel-SC, mas mora em Guaratuba há 27 anos. Desses cinco anos na rua, relatou que dormiu ao lado de uma mesa de sinuca de um bar por dois meses e nesse “barraco” que está atualmente, já faz oito meses.

Com a última mulher com quem esteve casado por 22 anos ele teve cinco filhos. Todos, inclusive a ex-mulher, foram embora para Curitiba. Com os filhos que estão em Curitiba ele tem contato às vezes e, recentemente, quando foi para São Miguel, ele reencontrou dois filhos de outro relacionamento que moram lá.

Indicaram para ele uma advogada que fez todos os tramite para ele se aposentar e receber o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Relatou que a advogada cobrou o seu primeiro salário do benefício como pagamento por seus serviços.

O entrevistado (04) É natural de Campo Mourão-PR. Morou um tempo em Curitiba e lá tinha trabalho formal, mas devido ao uso da bebida, acabou brigando “por mulher” e veio morar em Guaratuba, “antes que acabasse fazendo uma besteira”.

Já foi preso por não pagar pensão alimentícia, ficou trinta e dois dias preso - já estava em Guaratuba.



Possuí todos os documentos (carteira de trabalho, CPF, RG).

Relatou que nunca quis pedir nada no CREAS, disse que tem saúde para trabalhar.

Já fez uso de drogas (cocaína), mas agora parou. Toma cachaça às vezes.

O entrevistado (05) É natural de Apucarana-PR.

Fazia acompanhamento no CAPS devido o uso excessivo de bebida alcoólica, mas não vai mais.

Na sua cidade de origem, foi preso por tráfico de drogas e tentativa de homicídio, foi este um dos motivos de sair de lá, pois como descobriu a traição da “mulher”, sabia que poderia perder a cabeça e cometer um crime (como aparece no relato do quadro, ele disse que “ia matar” – não deixou claro se a esposa ou o amante) e que se ele fosse preso de novo a coisa ia ficar mais séria por já ter sido preso uma vez.

#### **4. EMPODERAMENTO E INSTRUMENTALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA PARA A GESTÃO DE SEUS DIREITOS: CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL**

Diante do que foi exposto até o momento, vimos que as demandas da população em situação de rua no município de Guaratuba iniciam suas atividades vinculadas ao SUAS, atendidas através de política social e pública e que ainda se encontra em fase bastante preliminar de atendimento.

Estas pessoas ainda que em número reduzido, apenas cinco (comparado às demandas da população flutuante e em situação de rua que se somam durante o verão) têm acesso restrito – uma vez por semana até as dez horas da manhã - a alguns serviços específicos do CREAS, especialmente aqueles vinculados à higiene e necessidades fisiológicas. A falta dos equipamentos que complementam as bases da política nacional para esta população como o Centro Pop é de urgência inegociável, pois como questiona um dos entrevistados: “você também acha que somos gente uma vez por semana?”.

O que pretendemos com este estudo é contribuir para a implementação de política pública específica, e isto nos remete a questionar sobre como podemos fazê-lo, considerando os elementos apresentados tanto pelas condições atuais do CREAS quanto pelas reflexões, críticas e claras demandas das pessoas entrevistadas, que se encontram em vulnerabilidade e risco social extremo.

A gestão para a efetivação dos serviços sociais devidos à Pop Rua em especial nas capitais dos estados onde o Movimento Nacional tem forte participação, indica alguns avanços bastante intensos na implementação das previsões da Política Nacional. Exemplifica isto os estudos de pós-doutoramento da orientadora deste TCC, Profª Édina Mayer Vergara que apresenta suas experiências vividas em seu pós-doutoramento junto ao MNPR de Natal/RN, bem como os estudos de Bino Zwetsch em sua consultoria prestada à Organização das Nações Unidas – ONU – em 2015.

A formação política deste segmento é fundamental, para que conhecendo e compreendendo a política nacional que se desenhou a partir do Decreto 7.053/2009 e de suas próprias lutas possam se organizar para a participação como usuários na efetivação de seus direitos como prevê o próprio SUAS.

Durante o processo da pesquisa surge à oportunidade de um morador em situação de rua participar do encontro a ser realizado em Curitiba pelo MNPR, encontro esse em comemoração aos dez anos do Movimento, o que resultará na nossa mediação para que assim ocorra, conforme prevê o Capítulo VI, do Art. 6º, do Decreto 7.053/2009, já citado anteriormente e que valoriza a “participação da sociedade civil, por meio de entidades, fóruns e organizações da população em situação de rua, na elaboração, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas; e o VII: incentivo e apoio à organização da população em situação de rua e à sua participação nas diversas instâncias de formulação, controle social, monitoramento e avaliação das políticas públicas”. A vinculação de uma pessoa em situação de rua que resida em Guaratuba a um evento promovido pelo Movimento Nacional para comemorar e avaliar sua presença no estado do Paraná nestes dez anos será uma oportunidade fundamental para a semeadura de possibilidades de organização no Litoral que ainda não conta com o Movimento em nenhum dos seus sete municípios.

Acreditamos essa ser uma excelente oportunidade para fortalecer o processo de empoderamento e instrumentalização dessa população que tivemos contato durante esta pesquisa, pois as lutas e conquistas do MNPR trarão grande contribuição para que a pop rua de Guaratuba se reconheça mais fortemente como sujeitos de direitos. Se um membro do próprio segmento local conhecer a potência que este movimento social possui terá maior legitimidade com seus pares e poderemos continuar a contribuir como sujeitos de participação e controle social, também moradores em Guaratuba, pois “trata-se de estabelecermos uma situação de troca. Os grupos devem ser esclarecidos sobre aquilo que pretendemos investigar e as possíveis repercussões favoráveis advinda do processo investigativo. (MINAYO, 2002 p. 55)

Também entendemos que a participação do Setor Litoral da UFPR enquanto representante de um segmento universitário de vanguarda, conforme destacada seu PPP, poderá ser uma instituição agregadora das possibilidades de organização deste movimento social considerando os espaços das Interações Culturais e Humanísticas (ICH). Neste semestre e espaço pedagógico, através da mediação da Profª Flávia Fachini está ocorrendo a ICH **Movimentos Sociais** que, desde seu planejamento, demonstrou disposição para dialogar com os acadêmicos que estudam ou se interessam pelo tema, buscar formas de agregar as pessoas em situação de rua a este grupo para fomentar tal organização.

Outra questão fundamental diante das fragilidades apresentadas no equipamento social CREAS para a efetivação diária de demandas elementares à proteção social básica das pessoas que vivem em situação de rua em Guaratuba, entendemos ser urgente buscarmos que este coletivo da ICH ou, em outro espaço de formação política com estes sujeitos, formas de que os princípios previstos no decreto 7.053/2009 em seu Art. 5º que afirma como direito uma Política Nacional para a População em Situação de Rua, que além da igualdade e equidade ainda sustentem:

I - respeito à dignidade da pessoa humana;

II - direito à convivência familiar e comunitária;

III - valorização e respeito à vida e à cidadania;

IV - atendimento humanizado e universalizado; e

V - respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência.

Na mesma grandeza que o respeito ao sujeito, ao grupo, se encontra, no Art.6º, Cap. VIII o seguinte destaque: “respeito às singularidades de cada território e ao aproveitamento das potencialidades e recursos locais e

regionais na elaboração, desenvolvimento, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas”.

Observar, conhecer, compreender a realidade local, entendendo-a como particular à Sistemas Únicos que efetivam saúde e assistência e outros direitos sociais desenhados em políticas de caráter nacional, num país de proporção continental. Temos um modo de ser caçara, a potência turística, os espaços de exuberante natureza, mas também demandas urgentes por equipamentos sociais que já deveriam compor o cenário local, porém ainda exigem muito planejamento proposição e ação social a fim de efetivá-los para além do mínimo.

Viver a rualização de forma temporária ou **na rua** de forma mais longa não é fácil, o ser carrega consigo pouco além de seu corpo, cuja fome lhe cobra providências pelo menos três vezes ao dia, todos os dias, um sono protegido todas as noites, dentre tantas mais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu considerar que o fenômeno população em situação de rua possui múltiplas determinações que derivam na forma de organização da sociedade capitalista que, explora e degrada a vida dos indivíduos, os submetendo a precárias condições de sobrevivência.

A partir dos fundamentos bibliográficos e webgráficos realizados, foram identificadas características que se manifestam nas pessoas em situação de rua com quem tivemos contato durante o processo de pesquisa realizada no município de Guaratuba. Pelos depoimentos percebe-se a clara determinação do fenômeno como uma expressão radical da questão social que se apresenta como demanda gritante ao Serviço Social. Mesmo que a caracterização nacional tenha sido feita em grandes centros urbanos as sequelas da questão social não são menos intensas no nosso município.

Guaratuba apresenta características próprias e demandas sociais de seu próprio povo, a essas se acrescentam aquelas relacionadas ao turismo de veraneio – portanto sazonal – mas suficiente para atrair pessoas de outras localidades em busca de oportunidades e emprego.

Mas o contingente de moradores locais já estava à espera destes espaços de trabalho quase sempre informais<sup>6</sup>. Aos muitos que não conseguem se inserir ao nosso precarizado mercado de trabalho e, já trazendo muitos fatores mais de vulnerabilização social, passam a habitar as ruas permanecendo no município durante o ano inteiro, o que é, inclusive, preferível ao inverno rigoroso de Curitiba.

Os diálogos com as pessoas em situação de rua foram marcados por relatos de histórias marcantes, permeadas pelas contradições e pelas

---

<sup>6</sup>O estudo de trabalho de conclusão de curso em Serviço Social apresentados por Karilla do Rocio Moreira da Rocha para avaliação neste semestre apresenta o estado da arte do trabalho informal no Litoral do Paraná, com acento especial à realidade vivida pelas famílias de Guaratuba que constam no Cadastro Único - SUAS

desigualdades sociais, características da forma como se estrutura a sociedade capitalista.

Cabe destacar aqui que mesmo a assistência social se constituindo como a política social que mais oferece programas ou projetos destinados a este segmento populacional existe ainda, muitos entraves ao acesso destes com destaque as marcas históricas de seletividade da assistência social; a fragilidade de organização desta população enquanto classe social justamente devido a sua heterogeneidade; a indisponibilidade por parte do Estado da abertura de espaços públicos para participação deste segmento populacional nas discussões acerca de seus interesses; ao histórico descompromisso do Estado para com esta população; a desarticulação ainda existente apesar dos avanços conquistados pela rede de proteção social com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Inclusão Social da População em Situação de Rua.

Este estudo permitiu identificar as pessoas em situação no município de Guaratuba e compreender a importância e urgência por sua formação política que permita-lhes entender, discutir, problematizar a Política Nacional da População em Situação de Rua e com os mesmos contribuir com sua instrumentalização para a gestão de seus direitos. Isto é processual, é convívio, é construção coletiva e participativa, é ocupação do Serviço Social e deste Setor universitário.

Este trabalho floresce para alguns frutos para o fortalecimento e instrumentalização dos direitos dos moradores em situação de rua do citado município, durante o processo deste trabalho surge à oportunidade de um dos sujeitos entrevistados nesta pesquisa participar do encontro em comemoração aos dez anos de organização do Movimento Nacional da População de Rua no Paraná. O empoderamento político e humano de uma pessoa que vive a dura realidade das ruas é um descortinar para a potência desta população que ainda enfrenta a distancia dos mínimos sociais, e que entendem que nada mais têm a perder, pois como dizem: “o não nós já temos”. Agora é preciso ir “do papelão à

bandeira”.<sup>7</sup>A articulação dos entrevistados à potencialidade do MNPR é impacto da experiência dialógica e participativa, da interação e confiança construídas através de uma “coleta de dados” que pretendeu ser além dela mesma.

As potencialidades de parcerias com a comunidade em que o Setor Litoral se insere são muitas e, através do conhecer e compreender, como se esboça neste semestre, a ICH de Movimentos Sociais será capaz de propor e construir **com os sujeitos** que deram sentido a este estudo, caminhos para empoderamento nas suas lutas por direitos.

Afinal, cooperar com a organização de mais um Movimento Social é um impacto histórico deste processo mais amplo. E há de chamar-se MNPR do Litoral do Paraná.

---

<sup>7</sup> A primeira frase é um lema dos sujeitos organizados no MNPR. A segunda dá título ao relatório de pós-doutoramento da Prof<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Édina Mayer Vergara junto ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social da UFRN, que vivenciou por um ano os processos de organização e luta do MNPR do estado do Rio Grande do Norte.



## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua. Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_. Decreto Presidencial nº 7.053, de 23 de Dezembro de 2009a. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 1, 24 dez. 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm). Acesso em: 17 ago. 2017

IAMAMOTO, M.V. **Serviço Social em tempos de Capital Fetiche: Capital Financeiro, Trabalho e Questão Social**. São Paulo: Cortez 2007

IAMAMOTO, Marilda Vilela & CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. – 41. Ed. – São Paulo: Cortez, 2014.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social, Teoria Método e Criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

NETTO, J. Paulo. **Desigualdade, pobreza e serviço social** in: Em pauta nº 19-2007, Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. ISSN 1414-8609, Rio de Janeiro: RENAVAN, 2007. P.135-170.

PAUGAN, Serge. Fragilização dos vínculos: uma dimensão essencial do processo de desqualificação. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 1989. n. 60. 2000

PEREIRA, Potyara. **A Política Social: temas & questões**. 3ª edição São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **A população em situação de rua no Brasil e a luta por políticas públicas ao seu alcance**.(2010)

SILVA, Maria Lucia da. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno População em Situação de Rua no Brasil - 1995 a 2005**. Brasília, 2006

VERGARA, Édina. **Do Papelão à Bandeira**. Relatório Pós-Doutorado em Serviço Social.PPG Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2016.

ZWETSCH, Bino. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República/SDH/PR, 2015

## **ANEXO 1**

### **CARACTERIZAÇÃO NACIONAL POP RUA – MDS, 2007**

A população em situação de rua é um grupo populacional heterogêneo, composto por pessoas com diferentes realidades, mas que têm em comum a condição da pobreza absoluta, vínculos interrompidos ou fragilizados e inexistência de moradia convencional regular, sendo compelidos a utilizarem a rua como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente... (MDS, 2005).

Nos anos entre 2007 e 2008, uma parceria do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome MDS com a UNESCO é feita uma Pesquisa Nacional, nos municípios com mais de 300.000 habitantes e em todas as capitais, exceto Belo Horizonte, São Paulo, Porto alegre e Recife (loais no qual já houve a pesquisa), contabilizando assim um contingente de 31.922 adultos em situação de rua nos 71 municípios pesquisados.

A seguir, apresentaremos com mais explicitude, alguns resultados dessa pesquisa, destacando o perfil e a caracterização desta população, relacionando com a Política Nacional.

(82%) Masculino Faixa etária (26 e 45 Anos) (12%) Feminino Faixa etária (26 a 45 Anos)

Diante deste perfil, a Política Nacional traz em seu quinto artigo inciso v:

“Respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência”. (Decreto 7.053.2009)

## **SAÚDE**

A realidade que aponta os estudos, é que as pessoas em situação de rua, no Brasil, já fazem parte da exclusão social existente há décadas, tendo a pobreza como um marco maior. A maioria das pessoas que vivem nas ruas raramente procura o serviço de saúde, recorrendo à rede ambulatorial somente em última estância.

A vulnerabilidade de quem vive nessa situação e a insuficiência dos recursos obtidos através RAS (Rede de Atenção à Saúde) são indicadores de que a saúde da PSR não mudou significativamente.

Dentre as demais doenças diagnosticadas, destacamos: (10,1%) Hipertensão (6,1%) Problema psiquiátrico (5,1%) HIV/ AIDS (4,6%) Problema de visão ou cegueira (18,7%) Fazem uso de medicamentos Dentre os entrevistados, apenas frequentam Postos ou Centros de Saúde, para assim poder receber os medicamentos , quando doentes procuram em primeiro lugar os hospitais ou emergências , caso não possam entrar, utilizam os Postos de Saúde.

Um dos motivos que fazem com que estas pessoas não procurem atendimentos é a exigência por partes dos hospitais, do uso e apresentação de quaisquer documentos de identificação, ou comprovante de residência.

A presente Política Nacional traz legivelmente no seu artigo quinto o “Atendimento humanizado e universalizado”, ampliando ainda como objetivos, assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda”, e complementa:

“Garantia de atenção integral á as pessoas em situação de rua mesmo sem familiares ou responsáveis e adequação das ações e serviços existentes, inclusive unidades móveis, assegurando a equidade e o acesso universal no âmbito do SUS, com dispositivo de cuidados interdisciplinares e multiprofissionais”. (Decreto 7.053,2009)

## EDUCAÇÃO

Quanto á educação formal, a pesquisa aponta que a maioria dos entrevistados sabe ler e escrever. Revelou também que apesar de não estarem estudando, porém fazem algum curso ou curso profissionalizante. (74%) Sabem ler e escrever (17%) Não sabem ler e nem escrever (8,3%) Assinam apenas o próprio nome (3,8%) Fazem algum tipo de curso (2,1%) Cursam o ensino formal (1,7%) Fazem cursos profissionalizantes.

Para o quesito educação, a Política Nacional enfatiza no artigo sexto, dentre as diretrizes:

“XIV – disponibilizar programas de qualificação profissional para as pessoas em situação de rua, como o objetivo de propiciar o seu acesso ao mercado de trabalho”. (Decreto 7.053,2009)

#### NECESSIDADES FISIOLÓGICAS

Mediante aos quesitos pesquisados, não se pode deixar passar em branco, o fator necessidades fisiológicas, já que as pessoas em situação de rua fazem das ruas a sua morada.

Apontam os dados que para uso do banho, são usados os chafarizes, localizados em praças públicas. Utilizam albergue para o banho (31,4%) Utilizam abrigos (14,2%) Banheiros públicos (5,2%) Casa de parentes ou amigos (32,5%) Utilizam a rua para necessidades fisiológicas (25,2%) Utilizam os albergues ou abrigos (21,3%) Banheiros públicos (9,4%) Utilizam estabelecimentos comerciais (2,7%) Casa de parentes ou amigos.

Nesta especificidade, perante a Política Nacional, podemos destacar o:

Art.7 XIII “Implementar ações de segurança alimentar e nutricional suficiente para proporcionar acesso permanente á alimentação pela população em situação de rua á alimentação , com qualidade”. (Decreto 7.053, 2009).

Para estas ações caberá ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, sob a Coordenação da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

## IDENTIFICAÇÃO FORMAL

Para que todo e qualquer cidadão estando ou não em situação de rua, faz necessária a documentação até mesmo para entradas em postos de saúde, e ser inseridos nos programas governamentais. Este fator, só contribui para a desinserção aos programas e as inúmeras dificuldades em vários aspectos da vida em sociedade. Dificulta também no processo de cadastro para emprego formal e no exercício da cidadania.

Mesmo estando na Constituição Federal de 1988, no seu artigo quinto “são gratuitos para o reconhecidamente pobres, na forma da lei: a) o registro civil de nascimento; b) a certidão de óbito”. Mesmo constando na Constituição Federal, muitos dos que necessitam dos documentos, para que faça valer dos seus direitos, ainda sim, recorrem a Defensoria Pública.

Para este item da pesquisa, fica assim distribuído: (24,4%) Não possuem documentos de identificação (21,9%) Possuem documentos (88,5%) Não recebem nenhum benefício do governo (3,2%) Recebem aposentadoria (2,3%) Beneficiários do programa bolsa família (1,3%) Benefício de prestação continuada – BPC.

O BPC é um benefício da assistência social, integrante do Sistema Único da Assistência Social – SUAS pago pelo Governo Federal e operacionalizado pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, cujos beneficiados são idosos e pessoas com deficiência.

Para que o indivíduo possa exercer a sua cidadania se faz obrigatório o uso da documentação, ou seja, ela Identidade (RG) ou Cadastro de Pessoa Física (CPF).

## VÍNCULOS FAMILIARES

Como índice, a Pesquisa Nacional da PSR, aponta que os pressupostos para o rompimento familiar são: desemprego, violência dentro de casa, perda de alguém querido, perda da auto-estima, abuso de álcool e outras drogas e as doenças mentais, quando não são oriundos de outras cidades , e estão sem ter onde morar.

Dentre os entrevistados, ficou assim catalogado: (51,9%) Possuem parentes na cidade onde estão (38,9%) Mantêm contato com os parentes (14,5%) Os contatos são de dois em dois meses(34,3%) Contato é frequentemente (39,2%) Bom relacionamento com parentes (29,3%) Relacionamento ruim ou péssimo (23,1%) Mantêm contato com parentes fora da cidade Dentre as perguntas feitas aos entrevistados, uma foi mais pertinente:

## O QUE OS LEVA A ESCOLHER A RUA COMO MORADA?

Inúmeros foram os fatores, e destacamos: (35,5%) Alcoolismo ou drogas (29,8%) Desemprego (29,8%) Desavença com pai ou mãe (29,1%) Os motivos estão todos relacionados um com o outro destaque da Pesquisa Nacional da PSR é o fato de que os entrevistados declararam ter vivido em seis cidades ou mais: (11,9%) Já passaram por mais de seis cidades (59,9%) Número menos de cidades já passadas Segundo o Decreto 7.053 de 2009, a Política Nacional PSR, preconiza no seu artigo 5º o “direito a convivência familiar e comunitária”, no qual há uma possibilidade de que seja feita esta integração entre as diversas políticas sociais do governo para que as pessoas que se encontrem em situação de rua possa se reintegrar á vivência familiar, seja por políticas de habitação e emprego, ou políticas de saúde voltadas ao combate ao alcoolismo e outras drogas.

## HABITAÇÃO

Como já podemos constatar que as pessoas que estão nesta situação de rua, utilizam o espaço das ruas como sendo a sua morada. Constroem de forma precária, suas casas de papelões, com restos de materiais recicláveis, e assim vão vivendo e ocupando as cidades, de uma forma, que incomoda a sociedade, e em muitos momentos acabam por acontecer ações higienistas, na intenção de limpar as cidades.

Na Pesquisa Nacional PSR, ficou assim estabelecido: (46,5%) Preferem dormir na rua (43,8%) Preferem dormir nos albergues (69,3%) Preferem albergues em virtude da violência nas ruas (45,2%) Preferem albergues pelo desconforto das ruas (44,3%) Dormem nas ruas, por falta de liberdade nos albergues. (27,1%) preferem as ruas, em virtude do horário dos albergues (21,4%) Se queixam da proibição do uso das drogas e álcool nos equipamentos.

O que não se pode esquecer é a vontade do indivíduo de ir e vir, seja ele nos albergues casas de passagens ou até mesmo nas ruas. O abrigo ou moradia permanente é muito complexo, a partir do momento em que envolve comportamentos, nas quais exigem que as pessoas em situação de rua cumpram regras estabelecidas em função da necessidade de organização e convivência, que vão desde as mais básicas como a proibição do uso de álcool e drogas, não portar arma e tomar banho, como as mais severas como a mudanças comportamentais.

## EMPREGO E RENDA

Para a Pesquisa Nacional PSR, os níveis de renda das pessoas em situação de rua são baixos.

Segundo o Decreto 7.053, preconiza a inclusão da população como público alvo prioritário na intermediação de emprego, na qualificação profissional e no estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada e com o setor público para a criação de novos postos de trabalho, dentre outros.



Mediante a pesquisa, podemos destacar: (52,6%) Recebe entre R\$ 20,00 e R\$ 80,00 (70,9%) Exercem alguma atividade remunerada (27,5%) Catadores de materiais recicláveis (14,1%) São flanelinhas (6,3%) São da construção civil (4,2%) Limpeza (3,1%) Estivador / carregador (15,7%) Pedem dinheiro nas ruas (58,6%) Tem uma profissão (27,2%) Construção civil (4,4%) Comércio (4,4%) Trabalho doméstico (4,1%) Mecânica (47,7%) Nunca trabalharam de carteira assinada (50%) Já trabalharam de carteira assinada.

Apesar de todo este censo ter ocorrido, os diagnósticos não foram suficientes para imediata adoção de políticas públicas uniformes, cogentes e universais, no dia 21 de março de 2012, ao participar do 1º Congresso Nacional do Movimento da População de Rua, em Salvador /BA, a Ministra Maria do Rosário, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), informou que o Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE) irão realizar pesquisa para mapear o número de pessoas em situação de rua no Brasil.

O evento teve como objetivo discutir políticas públicas, em âmbito nacional, visando ao fim da indignidade do morador de rua. Um caminho começou a ser trilhado, mas, para efetiva mudança de realidade da População em Situação de Rua, outros muitos passos precisam ser dados. O processo de construção coletiva, com a fundamental participação dos próprios atores sociais, proporciona uma visibilidade positiva com relação às pessoas em situação de rua, permitindo que os mesmos sejam vistos como cidadãos de direitos.

#### FATORES QUE LEVA OS INDIVÍDUOS À SITUAÇÃO DE RUA.

A População em Situação de Rua é resultados do contexto de desigualdades sociais que caracterizam um sistema de violação de direitos. As pessoas que vivem nas ruas fazem de logradouros públicos (rua, praças jardins canteiros, marquises, e baixos viadutos) e das áreas degradadas (prédios abandonados, ruínas, cemitérios e carcaças de veículos) espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente, podendo utilizar

eventualmente albergues para pernoitar e abrigo, casas de acolhida temporária ou moradias provisórias. Dentre os motivos mais perspicazes, destaco a pobreza extrema, pois é a partir dela que o indivíduo se vê desempregado, falta educação, moradia, saúde e lazer.

A PNAS surgiu em 2004 e buscou agregar as demandas presentes na nossa sociedade no que diz respeito à responsabilidade política com o objetivo de "tornar claras suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado" (PNAS, 2005, p 13). Cabe ressaltar que a PNAS foi incorporada através da aplicação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e dos avanços que a sociedade brasileira conquistou nestes últimos anos em relação a própria política de assistência social (PNAS, 2005).

Tais avanços já foram relatados durante a discussão sobre a política de assistência social no Brasil. Outro elemento importante sobre tal política é que a Política Nacional de Assistência Social foi aprovada pela Resolução nº15 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e expressa materialidade das diretrizes e objetivos da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

De acordo com a LOAS, SEÇÃO II, Art. 5º as diretrizes da assistência social são pautadas na participação popular, na descentralização das políticas e diz, principalmente, que a política de assistência em cada esfera de governo é de responsabilidade primeira do Estado. Segundo Art. 5º: Art. 5º A organização da assistência social tem como base as seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo;

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;

III - primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência Social em cada esfera de governo.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998) Assim como o Art. 204 da Constituição Federal de 1988, que estabelece as diretrizes da assistência social e como as ações governamentais serão realizadas nesta área. Segundo tal Art.: 28 Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

Parágrafo único. É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de:

(Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003) I - despesas com pessoal e encargos sociais;

(Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003) II - serviço da dívida;

(Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003) III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003).